



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Av. Rio Grande, 377 - Bairro Navegantes - CEP 90230-230 - Porto Alegre - RS - www.tjrs.jus.br

## INFORMAÇÃO

Trata-se do **Pregão Eletrônico nº 22/2026-DEC**, contratação de empresa especializada na locação de plataformas elevatórias de trabalho em altura (PTA), elétricas, do tipo tesoura, sob demanda, incluindo serviços de treinamento, manutenção e assistência técnica, para o Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme Edital (9255375).

Em atendimento ao Despacho PREGAO (9343381), este Departamento de Arquivos, após análise da Documentação Técnica (9343824), entende que estão satisfeitos os requisitos exigidos para a contratação.

Por seu turno, após a análise da Proposta de Preços (9343369), e em confronto com o valor orçado pela Administração (R\$ 3.701,56, doc. 8614329), constata-se que o montante ofertado pela licitante corresponde a apenas 39,74% do preço estimado.

Uma vez que o valor se situa abaixo do limite prudencial de 50% previsto no Art. 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022, para o caso de bens e serviços em geral, configurando indício de inexequibilidade, nos termos do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, este Departamento de Arquivos entende necessária a realização de diligência, a fim de que a licitante comprove a viabilidade econômica de sua oferta, mediante a apresentação de notas fiscais ou contratos similares, que atestem a prática desses preços no mercado e a sustentabilidade da execução contratual.

Retorne-se o expediente ao PREGAO para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana de Araujo Goncalves, Diretor(a) de Departamento**, em 22/04/2026, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Keyla Djamyly Chaves dos Santos, Chefe de Serviço**, em 22/04/2026, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eder Jackson dos Santos Yabel, Analista do Poder Judiciário**, em 22/04/2026, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.tjrs.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **9344851** e o código CRC **E715C812**.